

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## CLASSE DOMINANTE EM CONFLITO: O CASO DO ASSASSINATO DO VEREADOR CELSO MAGALHÃES DANTAS

Wagner de Souza Pimentel

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História (UFBA)

E-mail: wsguinho@hotmail.com

Este texto é desdobramento de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, e fará parte, com toda certeza, de um dos capítulos da minha futura dissertação de mestrado, que terá como título, o Poder Legislativo de Alagoinhas em tempos de ditadura militar: análise sobre a atuação parlamentar dos vereadores do MDB (1967-1975).

O objetivo principal aqui é analisar as tensões políticas geradas no Poder Legislativo de Alagoinhas, cidade situada no interior da Bahia a aproximadamente 116 km da capital Salvador, ocasionadas pelo assassinato do comerciante e vereador eleito Celso Magalhães Dantas, destacando as repercussões nos periódicos de circulação nacional e baiano e tentando compreender os conflitos e a disputa pelo poder político local entre a classe dominante alagoinhense.

Eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro (*MDB*) com 761 votos no pleito eleitoral de 1972<sup>1</sup>, Celso Dantas, que possivelmente seria líder do Governo do emedebista Judélio de Souza Carmo, foi assassinado em 18 de janeiro de 1973 por dois homens mascarados e armados com revólveres em sua casa, e alvejado com um tiro na garganta, enquanto lia um livro na cabeceira da mesa na companhia de sua esposa, Etelinda Schramm Dantas e de outra mulher que assistia a novela “Selva de Pedra”, da emissora Rede Globo de televisão.<sup>2</sup>

No avanço das investigações policiais os autores do crime foram presos e acusaram que os mandantes foram o prefeito do município de Alagoinhas, o advogado Murilo Coelho Cavalcanti da ARENA, e seu irmão, Flávio Coelho Cavalcanti, a época, presidente do Alagoinhas Atlético clube e tesoureiro do INPS. Os dois eram filhos do ex-deputado estadual, o médico Ladislau de Azevedo Cavalcanti, falecido em 1967. E quando os executores do vereador falaram que receberiam a quantia de vinte mil cruzeiros para a realizar a encomenda, sendo ela possivelmente, de autoria intelectual de um

---

<sup>1</sup> Formulário de Resumo do Resultado da Eleição Municipal de 1972, da cidade de Alagoinhas-Bahia, fornecido digitalizado pela Secretaria de Informação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

<sup>2</sup> Sistema de informações do Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informação-Agência de Salvador- Documento de informações nº 11/21/ASV/SNI/73.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

membro da classe dominante ocupante do principal cargo público da cidade, o caso passou a ser considerado como um crime político.<sup>3</sup>

Vale destacar que a escrita desse fatídico episódio da história política de Alagoinhas não se preocupará em descobrir os verdadeiros culpados do crime. É relevante descrever alguns detalhes da cena criminal denominando os acusados, escrutinando inquiridos policiais e depoimentos de testemunhas em busca de pistas ou contradições que possam elucidar o caso. Entretanto, por mais curioso que o leitor possa ficar, não terá respostas concretas acerca de quem realmente orquestrou intelectualmente e encomendou o crime.

Não é função do historiador assumir uma posição de julgamento acerca de qualquer fato, como se fosse um juiz perante um tribunal, pois, cabe a ele escrever a história e oferecer uma explicação fundamentada em evidências e com análises críticas coerentes. Ao concordar com a posição do historiador italiano Enzo Traverso, o qual afirma que “[...] o historiador não é um juiz, a sua tarefa não consiste em julgar, mas antes em compreender”(TRAVERSO, 2012, p.103), ficou estabelecido que o direcionamento metodológico da escrita do assassinato do vereador Celso Dantas será apresentado neste texto com uma análise crítica das fontes selecionadas, cotejando-as e relatando o episódio sempre na busca de uma explicação histórica pautada em evidências sólidas.

Provavelmente, a abordagem retratada aqui sobre o “crime de Alagoinhas”<sup>4</sup> não agradará, nem aos familiares vivos da vítima que querem mais indícios ou provas para apontar, sem nenhuma dúvida, os verdadeiros culpados, e tampouco, os parentes dos acusados ou citados no processo porque não querem ver mais uma vez o nome de suas famílias atrelado a um assassinato que mexeu com a opinião pública da cidade no passado.

Mesmo que todos os sujeitos envolvidos nesse trágico acontecimento não estejam mais vivos, ainda assim, remoer esse passado traumático da política alagoinhense, que em 2021, completou 48 anos, ocasionará e reviverá sentimentos dos mais diversos nos descendentes que presenciaram o assassinato e naqueles nascidos depois do crime, os quais, ouviram narrativas e versões contadas em reuniões familiares.

---

<sup>3</sup> Hemeroteca Digital. Jornal do Brasil. 25/01/1973

<sup>4</sup> Expressão de como ficou conhecido o assassinato de Celso Magalhães Dantas. Ela foi utilizada pelos jornais baianos e de outros estados que circulavam no período.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Entre as famílias, amigos e apoiadores dos protagonistas do episódio ocorreu e ocorre uma disputa da memória do crime: falar ou lembrar a maneira como o vereador emedebista foi morto é algo muito caro - processo de recalçamento - para uma parte da classe dominante da cidade, ou por ela ter sido injustamente citada e acusada ou porque estava envolvida na formulação do plano para executar o vereador. Mas para a viúva, os filhos, o pai e os irmãos de Celso Magalhães Dantas, era de suma importância lembrar o episódio – processo de Anamnese – para expor os culpados, que para eles, foram os adversários políticos da ARENA derrotados nas eleições de 1972.

Assim, enquanto no entorno de afinidades dos acusados, indiciados e processados pelo assassinato houve uma tentativa de silenciamento ao longo dos anos, os membros pertencentes ao núcleo do vereador emedebista, orquestraram uma resistência contra o esquecimento do “crime de Alagoinhas” e clamaram por justiça nas instâncias estadual e federal.<sup>5</sup> E dois exemplos são elucidativos para descrever essa luta entre o silenciamento e a lembrança do “crime de Alagoinhas: a jornada impetrada pela família Magalhães Dantas em busca de justiça e condenação dos mandantes do assassinato, logo depois do julgamento realizado no ano de 1976 e o livro memorialístico do jornalista Salomão Antônio Barros publicado em 1979.( BARROS, 1979)

Na dissertação de mestrado de Keite Maria Santos do Nascimento Lima, ela faz um comentário sucinto e preciso sobre o livro de Salomão Barros, *Vultos e feitos do Município de Alagoinhas: reconstituindo o passado e descrevendo o presente*, demonstrando e explicando brevemente o conteúdo e o objetivo que o jornalista queria alcançar com as memórias escritas:

[...] Salomão de Barros valoriza o que ele chama de personalidades notáveis, responsáveis por promoverem o desenvolvimento político e social da cidade. Assim, nesta obra, foi também reservado um espaço para o registro das biografias dos “grandes homens” da terra, os “vultos” da cidade seguida dos seus “grandes feitos”. (NASCIMENTO, 2010, p.20)

Celso Dantas está longe de ser incluído na categoria de “personalidades notáveis” ou de ser um dos “grandes homens” alagoinhenses merecedores de uma biografia, como classificou Salomão Barros para aqueles citados na sua obra memorialística. Mas o vereador eleito do MDB era um grande comerciante e

---

<sup>5</sup> Esse processo de recalçamento e anamnese da memória é abordado por Enzo Traverso no seu livro *O passado, modos de usar: história, memória e política*.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

representante na cidade da empresa Singer, fabricante de máquinas de costura, condição social que o tornava muito conhecido e com uma posição de destaque na sociedade alagoinhense. E além deste status econômico, a forma como foi executada a sua morte e as consequências políticas atreladas a ela, mereceriam no mínimo, do jornalista que se preze a escrever a história do “Vultos e feitos do município” uma menção sobre o episódio. Porém, Salomão Barros em toda a sua obra não relata, e tampouco, descreve o assassinato do vereador emedebista. Apenas no final faz uma citação a seu nome, colocando-o como mais um na categoria de comerciante com alguma relevância social e econômica para a cidade.

Um crime político dessa magnitude, a repercussão que provocou na imprensa baiana e nacional e o fato de o jornalista não ter mencionado uma linha sequer do assassinato, fica evidenciado um processo autêntico de silenciamento dessa memória, tendo o objetivo claro de não reabrir as feridas antigas para não prejudicar os interesses daqueles que queriam manter a cicatrização intacta.

O livro de Salomão Barros foi lançado seis anos depois do assassinato de Celso Dantas e quase três anos depois do julgamento dos dois assassinos, realizado nos dias 13 e 15 de dezembro de 1976.<sup>6</sup> Esse dado é importante ser relatado para corroborar o argumento exposto acima: o jornalista, provavelmente de forma intencional, juntamente com parte da classe dominante alagoinhense imbricada no caso, ajudou a arquitetar o silêncio da memória do “crime de Alagoinhas.”

Vale ressaltar que em 05 de janeiro de 1977, a viúva Etelinda Dantas, enviou uma carta datilografada, juntamente com um abaixo-assinado entregue ao tribunal de justiça contendo 640 assinaturas, para o ministério da justiça a ser direcionada especialmente para o ministro Armando Falcão. O documento enviado solicitava justiça e julgamento para os irmãos Cavalcanti, os quais, segundo a família Dantas baseando-se no depoimento dos dois autores do crime no tribunal, seriam os verdadeiros mandantes.<sup>7</sup> A viúva fez questão de externar não apenas a sua indignação, mas relatar também, segundo ela, um clamor de justiça que existia entre os alagoinhenses ao apresentar um abaixo-assinado. Em um dos trechos da carta ela afirma:

---

<sup>6</sup> Jornal A Tarde. 07/01/1973. p.13

<sup>7</sup> Arquivo Nacional. Sistema de informações do arquivo nacional. BR RJANRIO.TT.O.JUS.PR0.074

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Para tanto o povo exigui, um nós abaixo assinado que anexámos para apreciação do Excmo, Ministro, reveindicando [SIC] do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, o julgamento do recurso impetrado pelo advogado da vítima, donde consta dos autos em depoimentos dados pelos assassinos que foram mandantes Murilo Cavalcante e o irmão Flávio Cavalcante.<sup>8</sup>

Fazendo uma breve contextualização histórica, percebe-se imediatamente que o ano do crime está inserido no período do bipartidarismo da ditadura militar brasileira, ou seja, de 1966 até 1979 existia apenas dois partidos regularizados e autorizados pela justiça eleitoral para disputar as eleições: *MDB* e a Aliança Renovadora Nacional (*ARENA*). Mas por que um governo ditatorial não fechou totalmente o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais logo após a deflagração do golpe de Estado? Cláudio Bezerra de Vasconcelos diz que a legitimação da ditadura passava pela preservação do legislativo, para oferecer uma imagem democrática e ser um espaço de negociação com setores da sociedade. Ele fala ainda que “a consequente intensificação da repressão [...] fez com que o Congresso Nacional se tornasse o único fórum livre para crítica ao regime.” (VASCONCELOS, 2013, p.353)

José Alves Dias também chama atenção para o fato de que o novo governo que se instaurava precisava da legitimidade política. A força das armas, por si só, não seria suficiente para ter prestígio diante da população, era preciso parecer democrático. Assim, o autor afirma que:

Na tentativa de se apresentar como um regime “democrático”, a ditadura não colocou em recesso definitivo o congresso Nacional, as assembleias legislativas e as câmaras municipais. Entretanto, promoveu uma reforma política que possibilitou o controle das ações parlamentares em todo país. Desse modo, a imposição do bipartidarismo foi uma tentativa de manter a atividade partidária e o funcionamento das instituições republicanas sob controle, sem abrir mão da aparência de legalidade democrática. (DIAS, 2016, p.113-114)

Compreende-se assim, que o sentido da criação do sistema Bipartidário na ditadura militar, vai mais além da questão de transparecer para opinião pública uma sensação de viver em um regime democrático. Foi mais um mecanismo de controle político formulado pela ditadura militar, em especial, pelo então Ministro da Justiça na época, Juracy Magalhães, mesmo que essa opção não fosse consenso dentro do governo. (DIAS, 2016, p.82)

---

<sup>8</sup> Idem.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

André Teixeira Jacobina traz outra questão dentro do bipartidarismo que elevou ainda mais o controle do poder político nas mãos do Governo militar:

A criação dos partidos que tinham a função de dar sustentação ao regime veio acompanhada de uma série de particularidades institucionais, que devem ser mencionadas. A sublegenda foi um instrumento político, instaurado pelo Ato complementar número 26, de 29 de novembro de 1966. Visava permitir a coexistência dos antigos udenistas e membros do PSD na Arena e com isso fortalecer o partido do governo. Cada legenda poderia lançar seus candidatos, porém todos os votos conquistados por arenistas se somavam o mesmo ocorrendo no MDB. (JACOBINA, 2010, p.12)

Outra questão relevante para ser debatida sobre o assassinato de Celso Dantas é demonstrar o impacto que esse caso teve sobre as relações políticas-partidárias estabelecidas entre os emedebistas e arenistas alagoanhenses, e conseqüentemente, sua repercussão em âmbito estadual e nacional. Segundo Carlos Fico, a relevância da atuação política na esfera regional é um aspecto ainda não muito considerado pela historiografia da ditadura militar no Brasil.<sup>9</sup> Os estudos existentes em relação a ditadura militar na Bahia e em Alagoinhas, que abordam o contexto do bipartidarismo, são insuficientes para um maior entendimento de como se desenvolveu as relações políticas nesse período. Esse recorte regional pode demonstrar uma dinâmica política específica em relação ao âmbito nacional.

Assim, o assassinato de Celso Magalhães Dantas pode contribuir, também, para a compreensão no âmbito local, de como foram forjadas as relações políticas durante a institucionalização do bipartidarismo, relacionando com as disputas pelo poder político municipal que ocorria com os membros da classe dominante inseridas nos dois partidos. A leitura das Atas das Sessões Ordinárias e Extraordinárias da Câmara Municipal de Alagoinhas, juntamente com os periódicos e com os documentos de informações do SNI digitalizados e disponibilizados no site do SIAN, serviram de base fundamental para a construção da pesquisa. Essas fontes foram tomadas como indispensáveis para averiguar a contribuição histórica que esse episódio local pode proporcionar a historiografia da Bahia e do Brasil. É importante salientar que todas as fontes disponíveis e selecionadas foram concebidas como relatos impregnados de intenções que podem ser decifrados,

---

<sup>9</sup> Carlos Fico da Silva Junior, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, fez essa afirmação no prefácio do livro, *Rumo ao Palácio: as estratégias de dominação dos espaços públicos na Bahia durante a ditadura (1966-1982)*, de José Alves Dias.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

interpretados e compreendidos, pois, elas não falam por si, e tampouco, são registros repletos apenas de informações. (BARROS, 2019, Edição kindle, posição 271)

O crime foi noticiado e acompanhado pelos principais periódicos baianos que circulavam na época, como por exemplo, *A Tarde*, *Tribuna da Bahia* e o *Jornal da Bahia*. É óbvio que os maiores interessados em publicizar e acompanhar de perto aquele fato trágico, fornecendo informações todos os dias aos seus leitores, fosse os jornais da Bahia. Entretanto, houve também interesse em noticiar o assassinato do vereador emedebista o *Jornal do Brasil* (RJ), que tinha uma sucursal instalada em Salvador, *O Globo* (RJ) e até a *Folha de São Paulo*. No dia 20 de janeiro de 1973, o *Jornal do Brasil* publicou a notícia na capa com o seguinte título: “Vereador de Alagoinhas é assassinado.”<sup>10</sup> No mesmo dia, *O Globo* noticiou com uma pequena nota: “Vereador do MDB morto a tiros: Bahia.”<sup>11</sup>

Dos Jornais fora da Bahia, aquele que mais acompanhou e cobriu regularmente o assassinato do vereador do MDB foi o *Jornal do Brasil*. Além de informar com frequência o caminho das investigações policiais, as novidades e os depoimentos dos envolvidos, deu holofotes para outros assuntos que eram ramificações daquele caso traumático da história política alagoinhense: a disputa pelo poder político entre a classe dominante da cidade. A morte de Celso Dantas fez Alagoinhas e os seus tensionamentos políticos virarem destaques nacionais.

O *Jornal do Brasil* ao aprofundar e detalhar as informações sobre o assassinato do vereador escreveu que “O crime chocou a opinião pública de Alagoinhas, conhecido reduto da oposição desde antes da revolução de 1964, e considerado ao lado de Feira de Santana, como o mais politizado do estado.”<sup>12</sup> Será, realmente, que Alagoinhas era um reduto de opositores? A população alagoinhense ficou em estado de choque com o assassinato do vereador?

Em relação a Alagoinhas ser considerada “reduto da oposição”, o jornalista da sucursal em Salvador que escreveu a notícia, tinha uma percepção política um pouco precipitada, provavelmente, por causa das greves dos ferroviários no início dos anos 1960, ou também, devido as prisões de líderes estudantis, vereadores e pessoas

---

<sup>10</sup> Site da Hemeroteca Digital. *Jornal do Brasil*. 20/01/1973.capa.

<sup>11</sup> *O Globo*. 20/01/1973. Matutina, Geral, p.11

<sup>12</sup> Site da Hemeroteca Digital. *Jornal do Brasil*. 20/01/1973. 1º caderno, p.4

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

consideradas subversivas ou comunistas na cidade nos dias que sucederam o golpe civil-militar. Naquela época, Alagoinhas era conhecida entre os militares como uma “cidade vermelha”, tanto que uma Junta Militar foi designada, em maio de 1964, para a realizar interrogatórios e encarceramentos. (MORAIS, 2011, p.112-124)

Arleide Farias de Santana, no seu estudo sobre as consequências do golpe civil-militar de 1964 em Alagoinhas, expõe o depoimento do capitão do exército, Antonio Bião Martins, explicando como esse rótulo de “cidade vermelha” ficou associado ao povo alagoinhense: “[A fama] se deu por causa da infiltração de ideias comunistas e, portanto, subversivas, na rede ferroviária.”(FARIAS, 2002, p.41) A fama de “cidade vermelha” foi construída, repercutida e levada como uma verdade até os dias atuais, tanto que, candidatos e políticos do Partido dos Trabalhadores (PT), recentemente em campanhas eleitorais, bradavam em comícios ou em entrevistas nas emissoras de rádio local, que Alagoinhas é uma cidade de esquerda.

Contudo, os fatos não condizem com as afirmações categóricas de existir um povo alagoinhense predominantemente esquerdista. Em quase toda sua história política republicana a cidade foi controlada por famílias da classe dominante, a qual, era composta por ricos comerciantes e por fazendeiros produtores de fumo, laranja e gado que ocuparam as cadeiras do legislativo e do executivo.(PAIXÃO, 2009) Mesmo depois do retorno das eleições diretas, da atuação político-partidária e da reabertura das Casas Legislativas em 1948, o povo ou eleitorado alagoinhense escolheu para compor a câmara municipal, em sua grande maioria, representantes ou setores das famílias mais ricas da cidade.

É bom ressaltar que o primeiro prefeito eleito na história de Alagoinhas oriundo da classe trabalhadora foi o bancário José Francisco dos Reis, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), no ano de 1988. Outro bancário, Joseildo Ribeiro Ramos, do PT, elegeu-se chefe do executivo municipal em 2000 e sendo reeleito em 2004. E por fim, Paulo Cezar Simões, ex-lavador de carro e ex-funcionário do Bradesco, foi eleito prefeito em 2008 pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e reeleito em 2012 pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Portanto, independente do posicionamento político-ideológico, esses três foram os únicos originários da classe trabalhadora que, até a eleição de 2020, assumiram o principal cargo público da cidade.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Retornando a questão da precipitação do *Jornal do Brasil* em classificar Alagoínhas como reduto de oposicionista, vale apresentar alguns dados eleitorais precedentes ao assassinato de Celso Magalhães Dantas que vai de encontro a essa ideia. Em 1966, no primeiro ano do bipartidarismo, a Câmara Municipal, depois da extinção dos antigos partidos, ficou composta por pelo menos 10 vereadores da ARENA e apenas 1 do MDB.<sup>13</sup> Nas eleições daquele ano foram eleitos 8 arenistas contra 5 emedebistas para o Poder Legislativo, e, para o executivo, Antônio Carneiro do MDB<sup>14</sup>, que além de ser membro da classe dominante alagoínhense, foi apoiado por uma corrente da ARENA, liderada por personalidades com poder econômico e influência política, dentre eles, o médico Jairo Maia e os proprietários do *Alagoínhas Jornal*, o dentista do exército e também vereador Walter Campos e seu irmão, Waldo Campos, redator chefe do periódico.<sup>15</sup>

Em 1970 houve uma vitória significativa do MDB, pois, além de ter conseguido eleger o advogado Murilo Coelho Cavalcanti para prefeito com 9490 votos, tendo disputado contra três arenistas e estabelecido uma diferença de 5593 votos em relação ao segundo colocado, conquistou 8 cadeiras (total de 13) na Câmara Municipal. Na disputa pelo Poder Legislativo municipal, o MDB de Alagoínhas obteve a marca expressiva de 6887 votos nas urnas e tendo o vereador mais votado, o professor José Francisco de Jesus, com 1764 cédulas escritas com seu nome.

Entretanto, é bom ressaltar que em plena campanha eleitoral, o recém Governador eleito, Antônio Carlos Magalhães, declarou apoio público ao candidato do MDB a prefeitura.<sup>16</sup> No início de 1971, uma boa parte dos emedebistas, dentre eles o próprio prefeito eleito, o vereador com maior número de votos e outros vereadores emedebistas aderiram ao carlismo, mesmo estando ainda no MDB, pois a legislação

---

<sup>13</sup> Em 1966 a Câmara Municipal de Alagoínhas era composta por 12 vereadores. O vereador que não consegui identificar o partido o qual fazia parte foi Romualdo Campos. Além de não ter se candidatado nas eleições daquele ano, tendo se mudado de Alagoínhas por conta de trabalho, nas atas das sessões não tinha informações seguras da legenda que Romualdo era filiado.

<sup>14</sup> Ata do resultado das Eleições de 1966 da cidade de Alagoínhas-Bahia, fornecido e digitalizado pela Secretaria de Informação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

<sup>15</sup> Jornal A Tarde. 28/11/1966. p.03

<sup>16</sup> Hemeroteca Digital. Jornal do Brasil. 15 e 16/11/1970. 1º caderno, p.5

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

eleitoral não permitia trocas partidárias. Já no pleito seguinte, em 1972, disputaram os cargos eletivos do legislativo pela ARENA.<sup>17</sup>

Em 1972, houve uma vitória para Executivo do MDB, elegendo o ex-vereador e jornalista Judélio de Souza Carmo, mas na corrida pelo legislativo municipal, foram eleitos apenas 4 vereadores emedebistas, enquanto a ARENA teve 9 representantes.<sup>18</sup> Assim, a pesquisa nas fontes disponíveis demonstra que denominar Alagoinhas como “reduto da oposição” é precipitada. Através dos números das três últimas eleições que precederam o assassinato de Celso Dantas, juntamente, com a adesão de emedebistas a ARENA, fica nítido que o MDB não tinha tanta representatividade na Câmara Municipal para construir essa imagem em Alagoinhas de cidade oposicionista a Ditadura Militar.

Referente a percepção da opinião pública alagoinhense em relação ao crime, a impressão inicial na leitura das fontes é de que o clima no ambiente político e nas rodas de conversas em bares e barbearias estava pesado. Essa tensão é justificada pelo fato de Celso Dantas ter sido assassinado catorze dias antes da posse na Câmara Municipal, e era dentre os quatro vereadores eleitos do MDB, o mais cotado para ser líder do governo Judélio Carmo, seu correligionário.

O acesso aos periódicos que circulavam na época nos fornece o mínimo de informações acerca da sensação de medo, revolta e principalmente, de boatos que se espalhavam na população alagoinhense. A prisão dos dois rapazes acusados pelo crime, e conseqüentemente, o depoimento as autoridades policiais afirmando que o assassinato de Celso Dantas foi encomendado pelos irmãos Cavalcanti, caiu como uma fagulha num barril de pólvora dentro do cenário político-partidário da cidade de Alagoinhas.

Judélio Carmo, prefeito eleito em 1972, em depoimento no interrogatório policial que averiguava o crime, fez acusações e insinuações graves de que houve participação indireta dos irmãos Jairo e José Azi, respectivamente, deputado estadual e vereador de Alagoinhas, ambos da ARENA e adversários políticos da vítima e dele.<sup>19</sup> É bom ressaltar que nos depoimentos dos executantes do crime concedido as autoridades

---

<sup>17</sup> Formulário de Resumo do Resultado da Eleição Municipal de 1970, da cidade de Alagoinhas-Bahia, fornecido e digitalizado pela Secretaria de Informação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

<sup>18</sup> Formulário de Resumo do Resultado da Eleição Municipal de 1972, da cidade de Alagoinhas-Bahia, fornecido e digitalizado pela Secretaria de Informação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

<sup>19</sup> Sistema de informações do Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informação-Agência de Salvador- Documento de informações nº 11/21/ASV/SNI/73.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

polícias, tanto Charles Bittencourt Junior quanto Benjamim Disraeli Ribeiro Araújo, não mencionaram e nem acusaram os irmãos Azi de serem os autores intelectuais ou mandantes do assassinato.<sup>20</sup>

Diante disso, por que Júdelio Carmo cometeria a atitude de acusar em público e sem provas, os dois principais líderes de uma das correntes da ARENA de Alagoinhas, as vésperas de iniciar seu Governo que não teria maioria na Câmara Municipal? A resposta para essa pergunta vem no fato de uma descoberta no avanço das investigações policiais e de um depoimento dele, dado ao jornal carioca *O Globo*, ainda sob o calor dos acontecimentos e principalmente, dos boatos e dos “achismos” da opinião pública. Esses dois pontos foram de fundamentais importância para tentar compreender os motivos que o levou a acusar Jairo e José Azi de serem possíveis mandantes, juntamente, com os irmãos Murilo e Flávio Cavalcanti.

Segundo as declarações à imprensa do secretário de segurança, Coronel Joalbo Figueiredo Barbosa, Judelio Carmo também seria um dos alvos dos assassinos, ou seja, a encomenda do crime era para tirar a vida do futuro prefeito e do vereador.<sup>21</sup> Mesmo não tendo sido mencionados pelos executores do crime como autores intelectuais, os irmãos Azi, membros da classe dominante alagoinhense e protagonistas nas disputas eleitorais na cidade desde de 1958, eram rivais políticos de Judélio Carmo, também pertencente ao núcleo dos poderosos da cidade. Um depoimento de Judélio Carmo ao jornal *O Globo*, demonstra uma clara e evidente disputa pelo poder político na cidade entre a classe dominante, expondo o motivo que o levou a acusar sem provas e sem fundamento os irmãos Azi: “As famílias Cavalcanti e Azi há muito tempo dominam a política em Alagoinhas. Elas se recusam a admitir o surgimento de um novo líder.”<sup>22</sup>

Diante da declaração de Judélio Carmo, se aproveitando da sua condição de ex-répórter do jornal *A Tarde*, tendo trânsito entre seus antigos colegas, associado ao depoimento de Charles Bittencourt e Benjamim Disraeli Ribeiro Araújo acusando os irmãos Cavalcanti de serem os mandantes do crime, pode-se desenvolver a hipótese de que o novo prefeito utilizou uma estratégia política de construir uma narrativa para acusar

---

<sup>20</sup> Sistema de informações do Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informação-Agência de Salvador- Documento de informações nº 11/21/ASV/SNI/73.

<sup>21</sup>Hemeroteca Digital. Jornal do Brasil. 26/01/1973. 1º caderno, p.3 e no O Globo. 26/01/1973. Matutina, Geral, p.12

<sup>22</sup> O Globo. 26/01/1973. Matutina, Geral, p.12

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Jairo e José Azi e assim, desgastar a imagem dos dois e alijá-los da disputa pelo poder político local. Não está se falando aqui que Judélio Carmo criou uma mentira para favorecer os seus interesses pessoais ou políticos. Longe disso, pois, como já foi dito no início deste texto, a função do historiador é apresentar uma explicação histórica e não julgamentos.

É bem possível que Judélio Carmo tenha conversado com aliados e apoiadores sobre o caso, um hábito trivial de qualquer político ou pessoa envolvida em uma tragédia, pois, os curiosos e palpiteiros querem dirimir suas dúvidas e explanar suas opiniões. Os boatos surgiam em rodas de conversas e até saíam de dentro da própria delegacia de polícia, como relatou o *Jornal do Brasil*: “Nos meios policiais fala-se com insistência na participação indireta do Deputado estadual Jairo Azi e seu irmão o vereador José Azi, nos acertos que culminaram com o assassinato de Celso Magalhães.”<sup>23</sup>

Aliando - toda essa situação de boataria, do famigerado “disse, me disse” e das notícias veiculadas nos jornais que cobriam o crime - com a sua percepção política de que as famílias Cavalcanti e Azi “se recusam a admitir o surgimento de um novo líder”, Judélio Carmo realmente desenvolveu a tese da participação indireta dos irmãos Azi no assassinato de Celso Dantas com argumentos plausíveis, mas sem evidências concretas que pudessem colocá-los na prisão.

Uma segunda hipótese acerca das inferências e acusações do prefeito emedebista diante do assassinato de um vereador, que além de ser seu correligionário eram amigos, foi a possibilidade de se colocar como um novo líder político que escapou de um atentado impetrado por seus principais adversários da eleição de 1972, e, vê-los sendo presos por um crime brutal e traumático, foi a ocasião perfeita para uma acusação que alijassem do jogo político.

Porém, as provas eram circunstanciais e o jovem novo líder político de Alagoinhas teve que arcar com as consequências de suas atitudes. A acusação de Judélio Carmo gerou indignação nos irmãos arenistas e aumentou ainda mais as tensões políticas na cidade. Os Azi ameaçaram “entrar com queixa-crime, na justiça, contra o prefeito do

---

<sup>23</sup> Hemeroteca Digital. *Jornal do Brasil*. 26/01/1973. 1º caderno, p.3

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

MDB, por se sentirem injuriados, com suas declarações, envolvendo-os no assassinato do vereador Celso Magalhães Dantas[...].”<sup>24</sup>

Vale a pena frisar a postura, em relação ao crime, do governador da Bahia na época, Antônio Carlos Magalhães, que era correligionário de Murilo Cavalcanti, Jairo e José Azi. Ao tomar ciência do assassinato do vereador do MDB, o chefe do executivo estadual baiano que se encontrava em São Paulo, “[...] telefonou para o secretário de segurança, Coronel Joalbo Figueiredo Barbosa, mandando instaurar o inquérito.”<sup>25</sup> Quando retornou de viagem depois de ter tomado conhecimento das investigações, declarou em coletiva de imprensa que tinha determinado um aprofundamento na apuração dos fatos e que se levasse até as últimas consequências.<sup>26</sup>

O depoimento dos assassinos acusando os irmãos Cavalcanti como mandantes do crime, fez o governador Antônio Carlos Magalhães, aconselhado por uma assessoria jurídica, determinar a prisão dos dois suspeitos. Contudo, a atuação do advogado de defesa, Raul Chaves, declarando a imprensa que a prisão era ilegal “em virtude da ausência do flagrante e da ordem de autoridade judiciária” e ainda, desferindo críticas ao secretário de segurança, fez o governador mudar sua posição inicial.<sup>27</sup> Segundo o documento de informações produzido pela agência de Salvador do Sistema Nacional de Informação, “o governador ACM mudou de atitude em relação ao problema e vem cerceando a autoridade e liberdade de ação do Secretário de Segurança[...].”<sup>28</sup>

O interessante de se observar na leitura desse documento é a expressão usada pelo agente do SNI, para descrever as novas ações do governador Antônio Carlos Magalhães diante de fatos novos surgidos no inquérito policial, principalmente, depois do depoimento do prefeito eleito Judélio Carmo que acusava os irmãos arenistas, Jairo e José Azi, como outros possíveis mandantes. O funcionário da agência de inteligência deixa a entender que o chefe do governo da Bahia interferiu de forma direta nas investigações, tirando a autoridade do secretário de segurança. As ações do governador não deixam dúvidas sobre isso.

---

<sup>24</sup> Site da Hemeroteca Digital. Jornal do Brasil. 23/02/1973.

<sup>25</sup> Idem. 23/01/1973.

<sup>26</sup> Sistema de informações do Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informação-Agência de Salvador- Documento de informações nº 11/21/ASV/SNI/73.

<sup>27</sup> Idem.

<sup>28</sup> Idem.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Antônio Carlos Magalhães delegou ao procurador geral do Estado, Ivan Americano da Costa, que acompanhasse de perto as investigações. No documento de informações do SNI, além de relatar que o governador baiano tinha comunicado ao secretário de segurança que não aceitaria a inquirição dos irmãos Azi, também demonstra como o subordinado agiu em prol dos interesses do seu chefe.

“Essa autoridade [Procurador Geral] vem tumultuando as investigações e tem procurado conduzir os rumos das diligências, mantendo o governador informado de todos os passos. Solicitou, com veemência, que todos os indiciados fossem reinquiridos, o que foi negado pelo Secretário de Segurança, com quem se atritou. A negativa foi baseada no fato de um dos executantes, Benjamim Disraeli Ribeiro Araújo haver declarado a um proposto policial que, se fosse ouvido novamente, negaria as acusações anteriores em que apontara os irmãos Cavalcanti como mandantes do crime.”<sup>29</sup>

Para tentar compreender de forma mais nítida essa interferência de Antônio Carlos Magalhães no caso do assassinato do vereador Celso Dantas, vale a pena mencionar a análise de Dias (2016) sobre a atuação política e a relação, do então governador da Bahia, com os militares naquele período. Segundo o historiador, ACM ajudou a sustentar a ditadura militar aqui na Bahia, sincronizando os seus interesses e do palácio do planalto, independente do presidente que o ocupasse.<sup>30</sup>

Assim, o carlismo, além de estar em sincronia com o bloco central do poder nos momentos cruciais da política nacional, também manteve a integração de seus consorciados na Bahia. Para tanto, foi fundamental a manutenção de uma rede de relações na qual se garantissem o respeito à hierarquia e o funcionamento orgânico. Para a sua criação, optou-se pela cooptação de indivíduos, [entre eles, Murilo Cavalcanti que era do MDB], com potencialidades políticas e eleitorais capazes de se integrar ou associar ao carlismo sem representar risco à liderança de Antônio Carlos Magalhães.(DIAS, 2016, p.23-24)

Diante do que relatou o historiador, percebe-se que o político baiano tinha respaldo para agir livremente nos espaços de decisão política, e, como foi visto nos documentos de informações do SNI, nos bastidores daquele inquérito policial. ACM, sem nenhum pudor e sem se importar com as acusações dos jornais baianos que o caracterizavam de indivíduo arbitrário<sup>31</sup>, interferiu premeditadamente nas investigações

---

<sup>29</sup> Sistema de informações do Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informação-Agência de Salvador- Documento de informações nº 11/21/ASV/SNI/73.

<sup>30</sup> DIAS, José Alves. **Rumo ao palácio: as estratégias de dominação do espaço político na Bahia durante a ditadura**. Vitória da Conquista: Editora da UESB, 2016, p.60.

<sup>31</sup> Sistema de informações do Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informação-Agência de Salvador- Documento de informações nº 11/21/ASV/SNI/73.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

do crime para favorecer seus velhos e novos correligionários políticos da ARENA de Alagoinhas.

Os irmãos Jairo e José Azi não foram indiciados e tampouco, levados a interrogatório policial. Independente da interferência de Antônio Carlos Magalhães, provavelmente, as acusações de Judélio Carmo e os boatos que corriam solto na boca de palpiteiros na cidade de Alagoinhas, não tinham fundamentos sólidos suficientes para que as autoridades policiais seguissem por uma nova linha de investigação. Já em relação a Murilo e Flávio Cavalcanti, ambos ficaram poucos dias presos sem nunca terem ido a julgamento. Os irmãos Cavalcanti saíram por força de um *habeas corpus*, por não se comprovar a participação deles,<sup>32</sup> no dia da posse do novo prefeito Judélio Carmo.

A soltura do ex-prefeito acusado de um crime contra um adversário político mexeu com os sentimentos da população e dos políticos alagoinhenses, principalmente dos seus aliados. Na solenidade de posse do executivo, realizada pela tarde, compareceram seis dos treze vereadores que tomaram posse pela manhã. Dos presentes, quatro eram do MDB e dois eram da ARENA,<sup>33</sup> pois, tudo indica, pelos relatos das fontes consultadas, que a ausência de seis vereadores arenista, deveu-se ao fato de que foi formada uma comitiva para ir a Salvador buscar e apoiar o ex-prefeito Murilo Cavalcanti e seu irmão. Apesar do atraso na cerimônia, dos boatos organizados e do clima de intranquilidade na cidade de Alagoinhas, Judélio Carmo foi empossado pelo Juiz de direito, Rui Dias Trindade sem nenhum incidente.<sup>34</sup>

Portanto, o “crime de Alagoinhas” poder ser caracterizado como político, pois, evidenciou de maneira latente as tensões e os conflitos envolvendo diretamente representantes do MDB e da ARENA, pertencentes a classe dominante e afortunada de Alagoinhas, a partir do momento do assassinato do vereador Celso Magalhães Dantas.

---

<sup>32</sup> Site da Hemeroteca digital. Jornal do Brasil. 02/02/1973

<sup>33</sup> ACMA. Atas da Câmara Municipal de Alagoinhas. 01/02/1973

<sup>34</sup> Jornal A Tarde. 02/02/1973

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Ede Ricardo; MORAIS, Moisés Leal. O golpe civil-militar de 1964 em Alagoinhas: adesão à ordem ditatorial e repressão política. *In*: ZACHARIADES, Grimaldo (Org.). **Ditadura militar na Bahia**: História de autoritarismo, conciliação e resistência. Salvador: EDUFBA, 2014, p. 55-78.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Vozes, 2019. Edição Kindle.

BARROS, Salomão Antônio. **Vultos e feitos do Município de Alagoinhas**: reconstituindo o passado e descrevendo o presente Salvador: Artes Gráficas, 1979.

DIAS, José Alves. **Rumo ao palácio: as estratégias de dominação do espaço político na Bahia durante a ditadura**. Vitória da Conquista: Editora da UESB, 2016.

DREIFUSS, René A. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

JACOBINA, André Teixeira. **Clivagens partidárias: ARENA e MDB baianos em tempos de distensão (1974-1979)**. 173f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

LIMA, Keite Maria Santos do Nascimento. **Entre a ferrovia e o comércio: Urbanização e Vida Urbana em Alagoinhas (1868-1929)**. 2010. 148f. Dissertação (Mestrado em História) – programa de pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010

MORAIS, Moisés Leal. **Urbanização, Trabalhadores e seus interlocutores no Legislativo Municipal**: Alagoinhas-Bahia, 1948-1964. 2011. 150f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) - Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2011.

PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo da. **Traços da cidade de Alagoinhas**: memória, política e impasses da modernização (1930-1949). 2009. 145f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) - Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

SANTANA, Arleide Farias. **Repressão às portas do Agreste Baiano** (consequências do golpe de 1964 em Alagoinhas). 2002. 38f. Monografia (Especialista em História Política) - Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia. Alagoinhas, 2002.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**. História, memória e política. Lisboa: Edições unipop, 2012.

VASCONCELOS, Cláudio B. de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do legislativo. **Varia História**, Belo Horizonte, v.29, n.49, p.333-358, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2zcCivV>. Acesso em: 06 mai. 2020.